



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº 13829.000266/2007-45
Recurso nº 151.528 Especial do Procurador
Acórdão nº 9202-002.834 – 2ª Turma
Sessão de 08 de agosto de 2013
Matéria Contribuições Previdenciárias
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado ETSCHIED TECHNO S/A

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/1999 a 31/08/2006

AUTO DE INFRAÇÃO. PENALIDADE DECORRENTE DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECADÊNCIA.

O prazo decadencial aplicável à exigência de multa decorrente de omissão de informações em GFIP é aquele previsto no artigo 173, inciso I, do CTN, cuja contagem tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Recurso especial provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

(Assinado digitalmente)

Henrique Pinheiro Torres - Presidente em exercício

(Assinado digitalmente)

Gustavo Lian Haddad – Relator

EDITADO EM: 14/08/2013

Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres (Presidente em exercício), Gonçalo Bonet Allage, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Alexandre Naoki Nishioka (suplente convocado), Marcelo Oliveira, Manoel Coelho Arruda Junior, Gustavo Lian Haddad, Maria Helena Cotta Cardozo, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira e Elias Sampaio Freire. Ausente, justificadamente, a Conselheira Susy Gomes Hoffmann.

Relatório

Em face de Etscheid Techno S/A., foi lavrado Auto de Infração de fls. 01/16, em razão da falta de declaração nas Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) da totalidade dos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias relativamente ao período de 01/01/1999 a 31/08/2006.

A Primeira Turma Ordinária da Quarta Câmara da Segunda Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, ao apreciar o recurso voluntário interposto pelo contribuinte, exarou o acórdão nº 2401-00.796, que se encontra às fls. 527/531, segue abaixo trecho da ementa do acórdão recorrido:

Segue abaixo trecho da ementa do acórdão recorrido:

PREVIDENCIARIO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DESCUMPRIMENTO. PRAZO DECADENCIAL.

0 STF em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n ° 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante de n ° 8, "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário'.

Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se. a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.

No presente caso há de se aplicar, também, a regra do art. 150, § 4º, do CTN, por ser mais benéfica para o contribuinte.

INFRAÇÃO. RECONHECIMENTO DE DECADÊNCIA PARCIAL. CANCELAMENTO TOTAL DO AUTO. IMPOSSIBILIDADE.

O fato de haver ocorrências em períodos alcançados pela decadência não torna o lançamento improcedente, desde que haja infração detectada em período em que o fisco ainda poderia aplicar a multa.

*ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO. MULTA MAIS BENÉFICA.
APLICAÇÃO DA NORMA SUPERVENIENTE.*

Tendo-se em conta a alteração da legislação, que instituiu sistemática de cálculo da penalidade mais benéfica ao sujeito passivo, deve-se aplicar a norma superveniente aos processos pendentes de julgamento.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.”

A anotação do resultado do julgamento indica que a turma, (i) por unanimidade de votos, reconheceu a decadência até a competência de 11/2000; (ii) por maioria de votos, reconheceu a decadência até a competência 11/2001; e (iii) por unanimidade de votos, deu provimento parcial ao recurso para recalcular o valor da multa aplicada.

Intimada do v. acórdão em 27/04/2010 (fls. 532), a Fazenda Nacional opôs Embargos de Declaração de fls. 564/565, alegando omissão no acórdão pelo fato de que na parte dispositiva não constava a fundamentação legal suficiente, apontando falta de indicação do art. 35 da Lei nº 11.941/2009. Os Embargos de Declaração foram apreciados por meio do acórdão nº 2401-01.287 (fls. 568/571), sem alteração no resultado do julgamento.

Tendo sido a Fazenda Nacional intimada em 02/09/2010 (fls. 572) do referido acórdão, interpôs Recurso Especial às fls. 574/580, em que sustenta divergência entre o v. acórdão recorrido e os acórdãos nº 206-01.735 e 2402-00.182, no tocante à aplicação da regra de incidência do artigo 173, inciso I, do CTN, tendo em vista que o lançamento de multa tem natureza de lançamento de ofício (e não lançamento por homologação).

Ao Recurso Especial foi dado seguimento, conforme Despacho nº 2400-364, de 18/10/2010 (fls. 582/584).

Intimado sobre a admissão do recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, o contribuinte não apresentou contrarrazões (fls. 586/588).

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Gustavo Lian Haddad, Relator

Analiso, inicialmente, a admissibilidade do Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

Como se verifica dos autos o recurso foi interposto em razão da divergência entre o v. acórdão recorrido e os acórdãos nº 206-01.735 e 2402-00.182. Os acórdãos paradigma encontram-se assim ementados:

*"PREVIDENCIÁRIO - CUSTEIO - AUTO DE INFRAÇÃO- -
ARTIGO 32, IV, §5º E ARTIGO 41 DA LEI N.º 8.212/91 C/C
ARTIGO 284, II DO RPS, APROVADO PELO DECRETO N.º
3.048/99 - OMISSÃO EM GFIP — DECADÊNCIA
QUINQUENAL - SÚMULA VINCULANTE STF. O STF em
julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a*

inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante de nº 8, "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 50 do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário". Tratando-se de auto de infração, mesmo que decorrente da falta de informação do documento GFIP, aplicável o art. 173 do CTN. (...) Recurso Voluntário Provido em Parte." (AC 206-01.735)

"GFIP. DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO. Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação. DECADÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE." (AC 2402-00.182)

Verifico que nos paradigmas trazidos aos autos pela Fazenda Nacional prevaleceu o entendimento no sentido de que a contagem do prazo decadencial na hipótese de descumprimento de obrigação acessória, quando tratar-se de lançamento de ofício, rege-se artigo 173, I, do CTN, em contraposição à regra decadencial aplicada no presente caso pelo acórdão recorrido (i.e., 150, § 4º, CTN).

Entendo, portanto, caracterizada a divergência de interpretação, razão pela qual conheço do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional.

No mérito a questão a ser analisada é relativa à contagem do prazo de decadência das obrigações acessórias (divergência entre a aplicação do artigo 150, § 4º e o artigo 173, inciso I, ambos do CTN). Vejamos.

O presente lançamento tem como objeto a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação acessória, por ter deixado a contribuinte de informar nas GFIPs a totalidade dos fatos geradores de contribuições previdenciárias.

Para tais situações é entendimento deste E. Colegiado que deve ser aplicada a regra geral constante do artigo 173, inciso I, do CTN.

De fato, em que pesem as alegações da Recorrente, tenho para mim que o disposto no artigo 150, § 4º, do CTN é regra restrita à obrigação tributária principal, decorrente da ocorrência do fato gerador do tributo e, consoante jurisprudência pacífica do C. Superior Tribunal de Justiça, após a verificação do pagamento, ainda que parcial do tributo.

Outra não poderia ser a interpretação do referido dispositivo legal, *in verbis*:

"Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

(...)

§ 4º. Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.”

Ora, só se pode homologar nos termos do art. 150, parágrafo 4º, a atividade que possa resultar em pagamento de tributo (“prestação de dar”), o que é típico da atividade que conduz à determinação tributária principal.

Aos deveres instrumentais que constituem prestação de fazer (ou não fazer) não se pode, do ponto de vista lógico, cogitar da aplicação do art. 150, parágrafo 4º. Essa é a posição do presente Colegiado, como se verifica da ementa abaixo transcrita:

“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Exercício: 1996

AUTO DE INFRAÇÃO PENALIDADE DECORRENTE DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA DECADÊNCIA.

O prazo decadencial aplicável à exigência de multa pelo preparo inadequado de folhas de pagamento é aquele previsto no artigo 173, inciso I, do CTN, ou seja, tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Lançamento que envolve as competências 04/1995 e 05/1995, cuja ciência ocorreu em 07/12/2005, está atingido pela decadência. Recurso especial provido.”

(Acórdão nº 920200.901, Sessão de Sessão de 12/05/2010)

No presente caso, o auto de infração foi lavrado objetivando a cobrança de multa pela não apresentação de GFIP, caso típico de descumprimento de dever instrumental ou obrigação acessória.

Aplica-se assim o disposto no artigo 173, I do CTN, sendo que o início da contagem do prazo de decadência dá-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

No caso em questão, considerando que a contribuinte foi cientificada do lançamento em 14/12/2006 (fls. 01), somente deve ser declarada a decadência para as multas relativas a períodos até a competência de novembro/2000, em relação aos quais o início da contagem do prazo decadencial se dá em 1º de janeiro de 2002, encerrando-se em 31/12/2006.

Não há necessidade de retorno dos autos para a segunda instância tendo em vista que as razões de mérito para os períodos cuja decadência afastou não diferem das relativas aos demais períodos, já enfrentadas na decisão recorrida.

Ante o exposto, encaminho meu voto no sentido de conhecer do recurso especial interposto pela Recorrente para, no mérito, DAR LHE PROVIMENTO para reconhecer a decadência somente em relação aos fatos geradores ocorridos até 11/2000.

(Assinado digitalmente)

Gustavo Lian Haddad



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por AFONSO ANTONIO DA SILVA em 21/08/2013 09:51:20.

Documento autenticado digitalmente por AFONSO ANTONIO DA SILVA em 21/08/2013.

Documento assinado digitalmente por: HENRIQUE PINHEIRO TORRES em 15/10/2013 e GUSTAVO LIAN HADDAD em 11/09/2013.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARIA MADALENA SILVA em 09/10/2020.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP09.1020.12190.ATB2

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha1:
5E7C36B870371C82A47FC04101A6D4C55D7DC9D9**